

Partidos vão pressionar parlamentares

Diante da negativa do senador Aderbal Jurema, relator da emenda Figueiredo, em dar parecer favorável às emendas de representação política para o DF, os políticos brasilienses e parlamentares estão divididos quanto a melhor estratégia a seguir para dar o direito de voto ao povo de Brasília. Enquanto o PT acredita que a solução agora é a mobilização popular para pressionar o Congresso, o PDS de Brasília aposta num acordo de lideranças como única fórmula capaz de viabilizar a representação política. Já o deputado Múcio Ataíde (PMDB-RO), autor de uma das subemendas, de representação política, afirma que de agora em diante "não será preciso nenhuma emenda" para dar voto ao brasiliense.

O deputado peemedebista afirma que enviará à Mesa do Senado um requerimento solicitando a marcação da data das eleições em Brasília. Caso a Mesa negue a solicitação, ele pretende recorrer ao Poder Judiciário. O deputado explica que baseará seu pedido no "direito adquirido" pelo povo de Brasília de votar, já que desde a proclamação da República a capital federal tem o direito de eleger seus representantes na Câmara e no Senado.

Além disso, em 1960 foi aprovada uma emenda enviada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que assegurava a constituição de uma Câmara com 20 vereadores para a capital federal, que deveria ser eleita em 1962, o que não aconteceu. O deputado afirma que, com base no parecer de juristas por ele consultados, o Congresso não poderia em 1967, quando da aprovação da nova constituição, suprimir as eleições para a

capital federal, o que configurou um "ato inconstitucional".

JDS

Para Paulo Goiás, presidente do diretório regional da Juventude Democrática Social, ligada ao PDS, o caminho mais curto para o voto é um acordo de lideranças partidárias em torno de uma só emenda que estabeleça a representação para Brasília. Paulo afirma que se todos os partidos chegarem a um consenso em torno de uma emenda, "a Marcondes Gadelha, por exemplo", ela poderá ser votada no mesmo dia da emenda Figueiredo. A ideia já foi levada ao presidente do PDS, senador José Sarney, e agora os membros da JDS irão procurar os líderes da oposição para tentar o consenso em torno de uma só proposta.

A pressão sobre o Congresso, através da mobilização popular é a fórmula apresentada pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo o Secretário do PT em Brasília, Jorge Vinhas, os br-

CECE



Marcondes Gadelha

silienses, "que já mostraram de maneira cabal que querem eleger seus representantes", devem se mobilizar através das associações de bairro, sindicatos e partidos para pressionar o Congresso. A opinião é compartilhada por Hélio Doyle, presidente do Sindicato dos Jornalistas e ex-presidente do PT em Brasília. Para Hélio nem o governo nem o PDS querem a representação política para a cidade e a grande maioria dos parlamentares de todos os partidos não está sensibilizada com a ideia. "E preciso haver uma grande pressão para que os parlamentares se sensibilizem, e só a mobilização popular pode fazer isso", afirma Hélio.

Para o ex-presidente do PMDB do DF, Maerle Ferreira Lima, a representação política para Brasília é uma "questão inevitável, que virá no bojo de uma reforma institucional que abrangerá as eleições diretas para presidente, para as capitais dos Estados e áreas de segurança nacional". Segundo Maerle, o Brasil "está caminhando para um impasse, que desaguará numa ampla reforma constitucional".

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, Maurício Corrêa, recebeu com "melancolia" a notícia da decisão do senador Jurema, segundo ele, "um homem experiente que fechou as portas não só a um clamor da população de Brasília como a um entendimento entre governo e oposição em torno da emenda Figueiredo. Maurício Corrêa afirma que a atitude de Jurema "retrata exatamente a inflexibilidade da maioria dos líderes do PDS, 'muito mais preocupados com o Colégio Eleitoral, pois têm medo da voz do povo, que pede seus direitos'".